

Banqueiros preferem a desindexação

A desindexação total de preços na economia brasileira, como a melhor forma de corrigir distorções, como o repasse de efeitos locais, setoriais ou esporádicos a todo o processo econômico do País, foi defendida ontem em Porto Alegre pelo presidente da Federação Brasileira das Associações de Bancos (Febraban), Roberto Konder Bornhausen.



Bornhausen

Contudo, ele se mostrou favorável à não inclusão, na base de cálculo do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) e, consequentemente, aos níveis salariais, da chamada inflação corretiva — a que vai resultar do fim dos subsídios ao petróleo, ao trigo e ao crédito, bem como de outras medidas do último pacote econômico.

Embora exigindo que seja complementado pela desindexação, disse, o pacote deverá ainda assim produzir alguns efeitos imediatos. O corte aos subsídios do petróleo e do trigo “deverá estancar a sangria de dinheiros públicos”, colaborando para a redução do déficit, mas os efeitos da redução do subsídio ao crédito surgirão num prazo mais longo. O expurgo da inflação provocada por estes fatores dos cálculos dos salários, que ele defende, não deveria, porém, vir acompanhado do fim do reajuste semestral, como alguns apregoam. Bornhausen acha que, num índice alto de inflação, a semestralidade é mais adequada.

Outros efeitos do pacote previstos pelo presidente da Febraban: os juros deverão cair um pouco agora em consequência da redução do IOF e do fim dos limites de crédito, e talvez caiam mais a longo prazo, com o alívio da pressão do governo no mercado financeiro, resultado do corte nos gastos públicos.

A partir deste ponto é que surgem, no seu entender, as necessidades complementares. Seria preciso o que ele chama de uma “correção da correção”. Ou seja: a desindexação total dos preços. Isto terminaria com o círculo vicioso que poderá iniciar-se com o pacote: com a alta da gasolina e do trigo, eleva-se o Índice Geral de Preços, que altera outros índices e termina por elevar a correção monetária e o custo financeiro das empresas, que, por sua vez, repassam isto para o preço de seus produtos — o que força aumentos dos reajustes salariais e novas altas nos produtos, e assim por diante. No final, concluiu Bornhausen, o ônus terminará revertendo o fator trabalho com maior peso do que a outros. A desindexação dividiria o ônus, repartindo-o também com o fator capital.

Bornhausen esteve em Porto Alegre presidindo uma reunião do Conselho Superior da Febraban.

Outro participante da reunião, o presidente do Bradesco (Banco Brasileiro de Descontos), Lázaro de Mello Brandão, disse estar satisfeito com o pacote anunciado, embora admita que deva haver medidas complementares. Na sua opinião, os sacrifícios foram “bem distribuídos” e os bancos, nesse sacrifício, estão arcando com uma “cota suficiente”.